

AGENDA ESTRATÉGICA 2010 - 2015

SOJA



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva

Agenda Estratégica

Soja

2010 - 2015

Missão Mapa

*Promover o desenvolvimento sustentável e
a competitividade do agronegócio
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília - DF
2011

@ 2011 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada à fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: 50 exemplares

Ano 2011

Elaboração, distribuição, informações:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria Executiva

Coordenação-Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D – Ed. sede

CEP: 070043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2772

Fax.: (61) 3225-4200

www.agricultura.gov.br

e-mail: cgac@agricultura.gov.br

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

Equipe técnica:

Aguinaldo José de Lima

Paulo Marcio Mendonça Araujo

Ayrton Jun Ussami

Francisco de Assis Mesquita Facundo

Manoel Galvão Messias Junior

Sônia Azevedo Nunes

Daniela Firmino Santana

Joana Fernandes Vieira

Leandro Pires Bezerra de Lima

Lara Katryne Felix Pinto

Francisca Leôncio de Sales Mendes

Marcos Gilberto Maia Bizerra,

Ruben Bezerra Oliveira

Carmen Santos

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Catalogação na Fonte
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Soja / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria Executiva. – Brasília : Mapa/ACS, 2011.

44 p. (Agenda Estratégica 2010 – 2015)

1. Soja. 2. Agricultura. I. Secretaria Executiva. II. Série.

AGRIS 0336
CDU 633.34

INTRODUÇÃO

A Agenda Estratégica 2010 - 2015 é fruto do trabalho coletivo do conjunto das entidades representantes do setor privado em seus diversos elos da Cadeia Produtiva e representantes do Governo que compõem a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, proporcionando o ordenamento dos trabalhos, organizando, sistematizando e racionalizando as ações e objetivos estabelecidos pela Câmara Setorial, com uma visão de futuro.

A estruturação de uma Agenda de trabalho da Cadeia Produtiva proporciona condições de ampliar as discussões além das questões pontuais do dia a dia da Cadeia, as chamadas questões conjunturais, como permitem pensar no futuro, construir planos e projetos de médio e longo prazo que permitam o desenvolvimento da Cadeia como um todo, com competitividade e sustentabilidade, as chamada questões estruturais.

A elaboração desta Agenda Estratégica teve início dia 16 de março de 2010, quando o plenário da 8ª Reunião Ordinária, aprovou a composição de um grupo de trabalho para tal objetivo sob a coordenação da CGAC- Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA.

Já no dia 15 de março foi realizada a primeira reunião do grupo em um dia inteiro de trabalho, ocasião em que, por meio de metodologia adequada, foi levantado um conjunto de propostas dispostas em 10 temas. Após esse primeiro exercício, a Coordenação-Geral das Câmaras promoveu um trabalho de organização e sistematização desse conjunto de propostas, por Temas, Itens de Agenda e algumas Diretrizes. Esse trabalho foi conduzido de forma a agrupar esse conjunto de propostas em eixos temáticos que possam ser trabalhados e aprofundados por grupos de trabalhos específicos a serem criados nas próximas reuniões da Câmara Setorial e ou outras deliberações pertinentes. Para fechar a proposta inicial da Agenda Estratégica o Grupo de Trabalho voltou a se

reunir no dia 27 de abril, com o objetivo de consolidar e validar a sistematização realizada.

A partir de então a proposta de Agenda aprovada pelo Grupo de Trabalho foi encaminhada para todos os membros da Câmara Setorial, que tiveram oportunidade de questioná-la e contribuir com sugestões. Providência seguinte foi submetê-la a discussão e aprovação em reunião ordinária da Câmara Setorial.

A Agenda Estratégica tem caráter dinâmico e todas as oportunidades de contribuição dos integrantes da Câmara Setorial foram e serão consideradas. Sendo observado o caráter consultivo e de espaço de diálogo privilegiado proporcionado pelo ambiente das Camaras Setoriais,no processo de elaboração de políticas públicas e privadas, como orientadora da ação executiva do MAPA, demais órgãos governamentais e da própria Iniciativa Privada envolvida na Cadeia Produtiva.

Objetivos

A Agenda Estratégica tem como principais objetivos:

- 1) Estabelecer um plano de trabalho para a Cadeia para os próximos 5 anos;
- 2) Facilitar e organizar a ação conjunta das Câmaras nos assuntos de interesse comum, e
- 3) Fortalecer as Câmaras como ferramentas de construção de Políticas Públicas e Privadas para o Agronegócio.

O documento a seguir apresenta o quadro resumo com os Grandes Temas, os itens da Agenda e as Diretrizes que balizam a discussão dos temas e a construção de propostas por parte da Câmara.



Grupo de Trabalho

- Daniel Furlan - ABIOVE
- João Henrique Hummel - APROSOJA
- Gustavo Prado - CNA
- Nilva Claro Costa - CONAB
- Joelsio J. Lazzarotto - EMBRAPA

Membros da Câmara

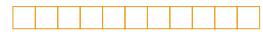
- Presidente: Rui Carlos Ottoni Prado
Secretário: Manoel Galvão Messias Júnior

Membros:

- Associação Brasileira da Indústria Ferroviária - ABIFER
Titular: Luis Cesário Amaro da Silveira
Suplente: Vicente Abate
- Associação Brasileira da Industria de Maquinas e Equipamentos - ABIMAQ
Titular: Celso Casale
Suplente: João Carlos Marchesan
- Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE
Titular: Fábio Trigueirinho
Suplente: Carlo Lovatelli
- Associação Brasileira de Sementes e Mudas - ABRASEM
Titular: Ywao Miyamoto
Suplente: Carmélio Romano Roos
- Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - ACEBRA
Titular: Airton Gilmar Roos
Suplente: Roberto Carsalade Queiroga



- **Associação Nacional para Difusão do Adubo- ANDA**
Titular: Mario alves Barbosa Neto
Suplente: Eduardo Daher
- **Associação Nacional de Defesa Vegetal - ANDEF**
Titular: Marcos Matos
Suplente: Walter Costa
- **Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - ANEC**
Titular: Sérgio Teixeira Mendes
Suplente: Felício Paschoal da Costa Aguiar
- **Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA**
Titular: Gilberto Zago
Suplente: Mario Brancoto Fioretti
- **Agência Nacional do Petróleo - ANP**
Titular: Manoel Polycarpo de Castro Neto
Suplente: BrunoValle de Moura
- **Associação Nacional dos Transportadores Ferroviário - ANTF**
Titular: Marcello Spinelli
Suplente: Rodrigo Vilaça
- **Associação dos Produtores de Soja - APROSOJA**
Titular: Glauber Silveira
Suplente: João Henrique Hummel
- **Associação Brasileira dos Obtentores Vegetais - BRASPOV**
Titular: André Franco
Suplente: Paulo Campant
- **Comitê Estratégico Soja Brasil - CESB**
Titular: Edeon Vaz Ferreira
Suplente: Odilio Balbinotti Filho



- **Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA**
Titular: Rui Carlos Ottoni Prado
Suplente: Wilson Gonçalves
- **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**
Titular: Nilva Claro Costa
Suplente: Mariano Marques
- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA**
Titular: Alexandre José Cattelan
Suplente: José Renato Bouças Farias
- **Federação Nacional de Seguros Gerais - FENSEG**
Titular: Wady José Mourão
Suplente: Geraldo Mafra
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola- MAPA/SPA**
Titular: Sávio Rafael Pereira
Suplente: Andressa Beig Jordão
- **Ministério da Agricultura/Secretaria de Produção e Agroenergia - MAPA/SPAE**
Titular: Denilson Ferreira
Suplente: Tiago Quintela Giuliani
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA**
Titular: José Adelmar Batista
Suplente: Clímaco Cesar de Souza
- **Associação Nacional de Transporte de Carga e Logística- NTC&LOGÍSTICA**
Titular: José Hélio Fernandes
Suplente: Edmara Claudino dos Santos
- **Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB**
Titular: Flávio Enir Turra
Suplente: Paulo Cesar Dias do Nascimento Júnior

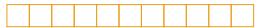


- Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola - SINDAG
Titular: Marcelo Hadimu Habe
Suplente: Kedilei Roncato Duarte
- Sociedade Rural Brasileira - SRB
Titular: Léo Gonçalves da Silva
Suplente: Cesário Ramalho da Silva

Coordenação dos Trabalhos

CGAC – Coordenação Geral de Apoio as Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA

Equipe: Aguinaldo José de Lima
Paulo Marcio Mendonça Araujo
Manoel Galvão Messias Júnior
Lara Katryne Félix Pinto
Leandro Pires B. de Lima



1. ESTATÍSTICAS

Estatísticas Oficiais - Levantamento Anual de Área e Safra

Diretrizes:

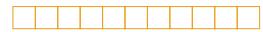
1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
2. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
3. Utilizar as experiências já existentes na Conab, Embrapa e IBGE, envolvendo participação de demais instituições de pesquisa e/ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos, confiáveis.
4. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
5. Estabelecer convênios e ou parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
6. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, confiável, através da Conab, considerando dados já existentes
7. Definir levantamento por Área plantada, número de produtores, disseminação por produto, por perfil tecnológico, Convencional, Orgânico
8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais, como doenças e problemas climáticos
9. Trabalhar com INPE e Embrapa para levantamento de safra por satélites.



Levantamento dos custos de produção

Diretrizes:

1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura dos Estados e demais instituições afins
2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações
3. Contemplar o perfil tecnológico
4. Usar efetivamente os dados de custos de produção regionalizados para definir a política agrícola



2. PD&I

Rede de PD&I e Difusão e Extensão da Cadeia da Soja

Diretrizes:

1. Identificar todas as instituições de pesquisa público e privadas com trabalhos relevantes no setor
2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede
3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede
4. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação
5. Detectar gargalos de Transferência de Tecnologia, Treinamento, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão
6. Fomentar a criação de Programa de treinamento e revitalização das ATERs com foco no uso correto de agrotóxicos (Ação da diretriz 5)

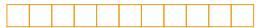
Programa Nacional de PD&I da Soja

Diretrizes:

1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação.
2. Realizar convênios entre órgãos e linhas de pesquisa
3. Desenvolver técnicas inovadoras de produção



4. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental
5. Pesquisar critérios para uso intensivo de insumos em áreas de proteção ambiental
6. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa
7. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia
8. Incentivar a aprovação de novos eventos Geneticamente Modificados
9. Pesquisar as potencialidades de captação de carbono
10. Contemplar o desenvolvimento do potencial de produção de bi-combustíveis
11. Incentivar pesquisas sobre efeitos das mudanças climáticas



3. DEFESA AGRÍCOLA

Fiscalização e Controle

Diretrizes:

1. Fortalecer da Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos no MAPA
2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais
3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal
4. Estimular a criação de agencias de fiscalização nos estados
5. Intensificar a fiscalização de insumos contrabandeados e falsificados
6. Implementar urgentemente o sistema SUASA

Revisão dos Marcos Regulatórios

Diretrizes:

1. Harmonizar, simplificar e atualizar os marcos regulatórios que regem a Cadeia Produtiva da Soja com base nas exigências do mercado e na realidade do produtor
2. Provocar a revisão das INs 01/07 e 15/98 para dar maior agilidade e segurança aos processos relativos a Centros Quarentenários
3. Criar sistema harmonizando a legislação de produção de sementes com a de rotulagem



Classificação Grão

Diretrizes:

1. Aprimorar o Marco Regulatório
2. Discutir a questão da transparência e publicidade do processo de classificação Óleo
3. Revisar as normas de classificação do Óleo de Soja Refinado

Fertilizantes

Diretrizes:

1. Apoiar o desenvolvimento e implementação do Plano Nacional de Qualidade de Fertilizantes
2. Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de fertilizantes brasileira

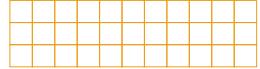
Serviço de Inteligência Sanitária

Diretrizes:

1. Monitorar, em rede nacional, a ocorrência das principais doenças, pragas e plantas daninhas e as resistências desses organismos aos agrotóxicos registrados, bem como as tecnologias de aplicação de defensivos utilizadas. Além disso, monitorar novas pragas na soja durante o armazenamento (Lasioderma está aparecendo em armazéns furando grãos e sementes de soja)
2. Diagnosticar e estabelecer estratégias de controle de novas pragas nos grãos armazenados
3. Implementar técnicas para melhorar a eficácia dos expurgos em armazéns e navios

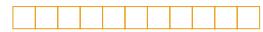


Agrotóxicos



Diretrizes:

1. Fomentar a agilização do processo de Registro de Defensivos, dando vantagens a produtos de melhor custo-benefício e melhor perfil toxicológico, menos impactante ao ambiente e artrópodes benéficos.
2. Discutir e participar ativamente do processo de reavaliação dos agrotóxicos junto à coordenação de agrotóxicos do MAPA dos produtos utilizados na cultura da soja



4. MARKETING E PROMOÇÃO

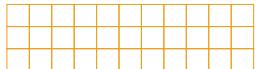
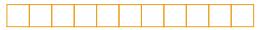
Plano Integrado de Marketing

Diretrizes:

1. Apoiar medidas de promoção comercial por meio de alianças estratégicas com a APEX
2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Benefícios a Saúde
3. Destacar os contrapontos quanto às acusações de excesso de uso de agrotóxicos
4. Aprimorar e ampliar as ações de promoção com a participação de outras entidades da cadeia
5. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor....
6. Desenvolver programa de Nichos e “Labels” para o setor
7. Desenvolver ações para aumentar o uso de soja na alimentação humana
8. Criar grupo de estudos com os adidos agrícolas para comparação das políticas agrícola e ambiental dos principais países importadores e exportadores do mundo. O Brasil é alvo de críticas no mundo e é interessante trabalharmos com o MAPA, MRE, associações e institutos de pesquisa para elaboração desses estudos.
9. Construir Imagem Positiva da Cadeia da Soja no Brasil



10. Melhorar a Imagem da Soja Brasileira no Exterior
11. Desenvolver Mercado Interno da Soja e Derivados
12. Identificação e Fortalecimento de Nichos de Mercado



5. GESTÃO DA QUALIDADE

Programas de Boas Práticas

Diretrizes:

1. Construir um programa de Produção Integrada de Soja (MAPA/Embrapa) com pesquisa, normativas, transferência, planos pilotos e marketing do produto diferenciado
2. Considerar a experiência do Programa Soja Plus
3. Desenvolver processos que garantam a rastreabilidade do grão de soja

6. GOVERNANÇA DA CADEIA



Serviço de Inteligência Competitiva

Diretrizes:

1. Construir e manter permanente atualização de um grande Banco de Dados, com diversas informações sobre o complexo soja, como: produção, consumo, oferta e demanda de crédito, preços nacionais e internacionais, estoques nacionais e mundiais e exportações e importações de insumos e produtos derivados
2. Investigar mercados potenciais para novos produtos: consumo humano, biocombustíveis, cosméticos, etc...
3. Buscar envolvimento do Sebrae para montagem do Serviço de Inteligência
4. Definir “modus operandi” da constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva
5. Criar um modelo econométrico para a Cadeia da Soja com base no trabalho desenvolvido pelo ICONE (ação)
6. Identificar oportunidades relacionadas aos novos usos da Soja
7. Garantir a elaboração e disponibilização de zoneamentos de risco climático
8. Discutir fundos para viabilização de projetos de crédito de carbono da soja, por exemplo pela adoção de técnicas conservacionistas, recuperação de áreas degradadas e vegetação nativa.



OGM

Diretrizes:

1. Discutir formas de coordenação do setor para evitar a contaminação de soja por eventos não aprovados nos mercados importadores, evitando, assim, perdas decorrentes da presença de OGMs não aprovados nos carregamentos. É interessante criar formas de coordenação da cadeia produtiva tendo em vista os problemas logísticos do país e a impossibilidade de segregação total.
2. Realizar estudos de segregação de nichos de soja na produção, transporte, armazenagem e indústria/exportação
3. Desenvolver processos que garantam a rastreabilidade do grão de soja
4. Discutir a normatização do percentual de tolerância varietal

Propriedade Intelectual

Diretrizes:

1. Discutir a questão da Propriedade Industrial
2. Discutir a questão da Propriedade de Cultivares
3. Criar mecanismos para coibir a pirataria de insumos

Câmara Arbitral

Diretrizes:

1. Debater a inserção do setor nesse mecanismo, adequando-o as especificidades
2. Arbitrar questões contratuais de royalties, compra e venda, classificação

7. CRÉDITO E SEGURO RURAL



Endividamento do Setor

Diretrizes:

1. Acompanhar a tramitação de propostas das Entidades representativas do Setor Produtivo para renegociação das Dívidas Rurais

Adequação do Crédito Rural Oficial

Diretrizes:

1. Avaliar permanentemente a efetividade dos instrumentos de Crédito Rural Oficial e propor as alterações necessárias
2. Fazer avaliações semestrais da Política de Crédito
3. Elaborar propostas de ajustes nos instrumentos de crédito vigentes

Reformulação do Crédito Rural

Diretrizes:

1. Promover movimentos em busca da reformulação do Crédito Rural Oficial
2. Criar mecanismos de crédito rotativo
3. Criar um fundo garantidor
4. Revisar os critérios de classificação de risco e garantias do produtor
5. Revisar os critérios de definição dos limites de crédito



Seguro Rural

Diretrizes:

1. Articular ações e rever critérios para viabilizar a implementação do Seguro para a produção da Soja
2. Regulamentar a subvenção ao Seguro-Frete (ação)
3. Acompanhar a elaboração do Orçamento Anual para garantir os recursos necessários à Subvenção do Seguro Rural
4. Trabalhar pela dotação orçamentária para a regulamentação do Fundo de Catástrofe
5. Estruturar um mecanismo de Seguro-Renda



8. COMERCIALIZAÇÃO

Preço Mínimo

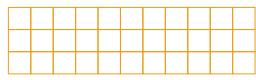
Diretrizes:

1. Promover a readequação dos Preços Mínimos regionalizando os preços em função dos custos de produção
2. Usar efetivamente os dados de custos de produção regionalizados para definir os preços mínimos

Novos mecanismos de comercialização

Diretrizes:

1. Propor mecanismos de política que facilitem a utilização efetiva, por parte dos produtores, de operações em mercados futuros e derivativos
2. Fortalecer os títulos agrícolas como instrumentos de garantia nas operações de crédito rural
3. Estimular a criação de novos mecanismos de comercialização



9. LEGISLAÇÃO



Legislação Tributária

Diretrizes:

1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva
2. Buscar tratamento tributário homogêneo nos estados da federação
3. Rediscutir os critérios de enquadramento legal de pequenos, médios e grandes produtores
4. Adequar a Política Tributária às necessidades e características do Setor
5. Suspender a incidência do ICMS no processamento de Soja para Exportação (ação do item 4)
6. Buscar o respeito aos preceitos da Lei Kandir (ação do item 4)
7. Flexibilizar o uso dos Créditos Tributários

Legislação Trabalhista

Diretrizes:

1. Adaptar a Legislação Trabalhista à realidade rural



Legislação Ambiental

Diretrizes:

1. Acompanhar a discussão do Código Ambiental
2. Definir a compensação por Serviços Ambientais

Direito de Propriedade

Diretrizes:

1. Apoiar as propostas que tramitam no Congresso Nacional para regulamentar o direito de propriedade rural

10. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA



Plano de Armazenagem

Diretrizes:

1. Diagnosticar o estado atual da armazenagem de grãos no Brasil, avaliando a capacidade instalada e sua qualidade.
2. Elaborar programa de incentivo à expansão da capacidade de armazenagem, definindo estratégias para essa expansão
3. Aumentar a capacidade estática em 50% em 15 anos (meta)

Transporte Ferroviário

Diretrizes:

1. Diagnosticar o estado atual e estimar investimentos necessários no transporte ferroviário no Brasil.
2. Definir sistemas regionais de transporte ferroviário que possibilitem melhorar o escoamento da produção de soja.
3. Regulamentar o Direito de Passagem e o Operador Independente
4. Desenvolver grupo de acompanhamento do desempenho do transporte ferroviário em TU e TKU e de questões relativas às práticas de concorrência das operadoras. (abiove)
5. Fortalecer os investimentos visando o desenvolvimento de corredores de transporte ferroviário.



Transporte Rodoviário

Diretrizes:

1. Estudar a logística do sistema atual de transporte rodoviário para grãos: avaliação de rotas, custos de frete e qualidade das rodovias.
2. Definir estratégias para desenvolver o transporte rodoviário nacional.
3. Fortalecer os investimentos visando a recuperação das rodovias nacionais.
4. Fortalecer os investimentos visando o desenvolvimento de rotas alternativas.

Transporte Aquaviário

Diretrizes:

1. Avaliar a situação atual do transporte aquaviário no Brasil, avaliando questões como volume transporte e custo de carga.
2. Avaliar a viabilidade técnica e econômica das principais hidrovias em uso ou que podem ser usadas no Brasil
3. Definir marco Legal para PPPs
4. Viabilizar a navegação de Cabotagem

Portos

Diretrizes:

1. Realização de estudos avaliando capacidade e eficiência portuária nacional.
2. Traçar estratégias de desenvolvimento portuário nacional.
3. Fortalecer os investimentos visando desenvolver os portos nacionais
4. Eliminar o Adicional de Frete de Renovação da Marinha Mercante

11. NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS



Protocolo de Cartagena

Diretrizes:

1. Rediscutir a adesão do Brasil ao Protocolo
2. Trabalhar na redação do texto mais favorável ao país no caso de impossibilidade de exclusão do país do protocolo

Relações comerciais

Diretrizes:

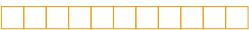
1. Realizar diagnóstico a respeito das relações internacionais brasileiras, principalmente aquelas relacionadas à cultura da soja. Identificar relações e suas dinâmicas.
2. Realizar estudos sobre o mercado internacional da soja, identificando as principais barreiras e as potenciais relações a serem estabelecidas.
3. Planejar e implementar de políticas visando o estabelecimento e ampliação das relações internacionais.
4. Analisar o trabalho da ABIOVE e propor consensualmente políticas de combate à Escalada Tarifária nos mercados potenciais

Agenda Estratégica da Soja

Tema	Item	Diretrizes
		Levantamento Anual de Área e Safra
		1. ESTATÍSTICAS
		1. Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, fontes de recursos anuais, cronograma de implantação e manutenção;
		2. Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
		3. Utilizar as experiências já existentes na Conab, Embrapa e IBGE, envolvendo participação de demais instituições de pesquisa e/ ou extensão rural afins tendo como objetivo dados oficiais únicos, confiáveis.
		4. Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente
		5. Estabelecer convênios e ou parcerias de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
		6. Os trabalhos devem convergir para uma informação oficial, confiável, através da Conab, considerando dados já existentes
		7. Definir levantamento por Área plantada, número de produtores, discriminação por produto, por perfil tecnológico, Convencional, Orgânico
		8. Contemplar o levantamento de perdas na produção por eventos ocasionais, como doenças e problemas climáticos
		9. Trabalhar com INPE e Embrapa para levantamento de safra por satélites.



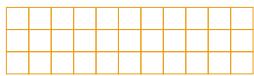
Tema	Item	Diretrizes
1. ESTATÍSTICAS	Levantamento dos custos de produção	<ol style="list-style-type: none">1. Aprimorar os trabalhos desenvolvidos pela CONAB com apoio de Associações, Cooperativas, EMBRAPA, Universidades, Secretarias de Agricultura dos Estados e demais instituições afins2. Estabelecer convênios e ou parcerias com cooperativas, associações, instituições de extensão e pesquisa, com o objetivo de obter apoio na coleta de informações3. Contemplar o perfil tecnológico4. Usar efetivamente os dados de custos de produção regionalizados para definir a política agrícola
2. PDI	Sofá Rede de PDI e Difusão e Extensão da Cadela da Soja	<ol style="list-style-type: none">1. Identificar todas as instituições de pesquisa público e privadas com trabalhos relevantes no setor2. Resgatar todo o acervo de pesquisa existente e disponibilizá-lo na rede3. Recomendar a Embrapa para a coordenação da rede4. Utilizar o programa SIBRATEC/ MCT para viabilizar os recursos necessários para sua criação e implantação5. Detectar gargalos de Transferência de Tecnologia, Treinamento, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão6. Fomentar a criação de Programa de treinamento e revitalização das ATERS com foco no uso correto de agrotóxicos (Ação da diretriz 5)



Tema	Item	Diretrizes
Programa Nacional de PDI da Soja	2. PDI	<ol style="list-style-type: none">1. Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação.2. Realizar convênios entre órgãos e linhas de pesquisa3. Desenvolver técnicas inovadoras de produção4. Incorporar estudos relativos à sustentabilidade/equilíbrio ambiental5. Pesquisar critérios para uso intensivo de insumos em áreas de proteção ambiental6. Recomendar a Embrapa para a coordenação do programa7. Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da cadeia8. Incentivar a aprovação de novos eventos Geneticamente Modificados9. Pesquisar as potencialidades de captação de carbono10. Contemplar o desenvolvimento do potencial de produção de biocombustíveis11. Incentivar pesquisas sobre efeitos das mudanças climáticas
Fiscalização e Controle	3. DEFESEA AGRICOLA	<ol style="list-style-type: none">1. Fortalecer da Estrutura de Fiscalização e Harmonização de Procedimentos no MAPA2. Promover programas permanentes de Capacitação de Fiscais Federais e Estaduais3. Integrar e harmonizar as ações de fiscalização entre Municípios, Estados e Governo Federal4. Estimular a criação de agências de fiscalização nos estados5. Intensificar a fiscalização de insumos contrabandeados e falsificados6. Implementar urgentemente o sistema SUASA



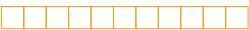
Tema	Item	Diretrizes
3. DEFESEA REVISÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS	AGRICOLA	1. Harmonizar, simplificar e atualizar os marcos regulatórios que regem a Cadeia Produtiva da Soja com base nas exigências do mercado e na realidade do produtor 2. Provocar a revisão das INs 01/07 e 15/98 para dar maior agilidade e segurança aos processos relativos a Centros Quarentenários 3. Criar sistema harmonizando a legislação de produção de sementes com a de rotulagem
3. DEFESEA	ITEM	DIRETRIZES
	CLASSIFICAÇÃO	
	GRÃO	1. Aprimorar o Marco Regulatório
	ÓLEO	2. Discutir a questão da transparência e publicidade do processo de classificação 3. Revisar as normas de classificação do Óleo de Soja Refined
3. DEFESEA	ITEM	DIRETRIZES
	FERTILIZANTES	
		1. Apoiar o desenvolvimento e implementação do Plano Nacional de Qualidade de Fertilizantes 2. Fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de fertilizantes brasileira



Tema	Item	Diretrizes
3. DEFEZA AGRICOLA	Serviço de Inteligência Sanitária	<ol style="list-style-type: none">1. Monitorar, em rede nacional, a ocorrência das principais doenças, pragas e plantas daninhas e as resistências desses organismos aos agrotóxicos registrados, bem como as tecnologias de aplicação de defensivos utilizadas. Além disso, monitorar novas pragas na soja durante o armazenamento (<i>Lasioderma</i> está aparecendo em armazéns furando grãos e sementes de soja)2. Diagnosticar e estabelecer estratégias de controle de novas pragas nos grãos armazenados3. Implementar técnicas para melhorar a eficácia dos expurgos em armazéns e navios
3. DEFEZA AGRICOLA	Agrotóxicos	<ol style="list-style-type: none">1. Fomentar a agilização do processo de Registro de Defensivos, dando vantagens a produtos de melhor custo-benefício e melhor perfil toxicológico, menos impactante ao ambiente e artrópodes benéficos.2. Discutir e participar ativamente do processo de reavaliação dos agrotóxicos junto à coordenação de agrotóxicos do MAPA dos produtos utilizados na cultura da soja

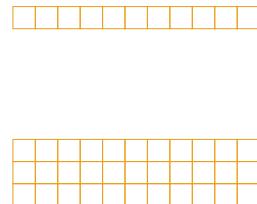


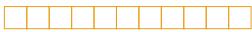
Tema	Item	Diretrizes
4. MARKETING E PROMOÇÃO		<p>Plano Integrado de Marketing</p> <ol style="list-style-type: none">1. Apoiar medidas de promoção comercial por meio de alianças estratégicas com a APEX2. Ressaltar os aspectos positivos Econômicos, Sociais e Ambientais e de Benefícios a Saúde3. Destacar os contrapontos quanto as acusações de excesso de uso de agrotóxicos4. Aprimorar e ampliar as ações de promoção com a participação de outras entidades da cadeia5. Identificar mecanismos de captação de recursos. Ex. Fundo do setor...6. Desenvolver programa de Nichos e "Labels" para o setor7. Desenvolver ações para aumentar o uso de soja na alimentação humana8. Criar grupo de estudos com os adidos agrícolas para comparação das políticas agrícola e ambiental dos principais países importadores e exportadores do mundo. O Brasil é alvo de críticas no mundo e é interessante trabalharmos com o MAPA, MRE, associações e institutos de pesquisa para elaboração desses estudos.9. Construir Imagem Positiva da Cadeia da Soja no Brasil10. Melhorar a Imagem da Soja Brasileira no Exterior11. Desenvolver Mercado Interno da Soja e Derivados12. Identificação e Fortalecimento de Nichos de Mercado



Tema	Item	Diretrizes
5. GESTÃO DA QUALIDADE	Programas de Boas Práticas	<ol style="list-style-type: none">1. Construir um programa de Produção Integrada de Soja (MAPA/Embrapa) com pesquisa, normativas, transferência, planos pilotos e marketing do produto diferenciado2. Considerar a experiência do Programa Soja Plus3. Desenvolver processos que garantam a rastreabilidade do grão de soja
6 . GOVERNANÇA DA CADÊIA	Serviço de Inteligência Competitiva	<ol style="list-style-type: none">1. Construir e manter permanente atualização de um grande Banco de Dados, com diversas informações sobre o complexo soja, como: produção, consumo, oferta e demanda de crédito, preços nacionais e internacionais, estoques nacionais e mundiais e exportações e importações de insumos e produtos derivados2. Investigar mercados potenciais para novos produtos: consumo humano, biocombustíveis, cosméticos, etc...3. Buscar envolvimento do Sebrae para montagem do Serviço de Inteligência4. Definir "modus operandi" da constituição e operação do Serviço de Inteligência Competitiva5. Criar um modelo econometrônico para a Cadeia da Soja com base no trabalho desenvolvido pelo ICONE (ação)6. Identificar oportunidades relacionadas aos novos usos da Soja7. Garantir a elaboração e disponibilização de zoneamentos de risco climático8. Discutir fundos para viabilização de projetos de crédito de carbono da soja, por exemplo pela adção de técnicas conservacionistas, recuperação de áreas degradadas e vegetação nativa.

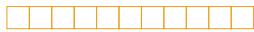
Tema	Item	Diretrizes
6. GOVERNANÇA DA CADÉIA	OGM	<ul style="list-style-type: none"> 1. Discutir formas de coordenação do setor para evitar a contaminação de soja por eventos não aprovados nos mercados importadores, evitando, assim, perdas decorrentes da presença de OGMs não aprovados nos carregamentos. É interessante criar formas de coordenação da cadeia produtiva tendo em vista os problemas logísticos do país e a impossibilidade de segregação total. 2. Realizar estudos de segregação de nichos de soja na produção, transporte, armazenagem e indústria/exportação 3. Desenvolver processos que garantam a rastreabilidade do grão de soja 4. Discutir a normatização do percentual de tolerância varietal
6. GOVERNANÇA DA CADÉIA	Propriedade Intelectual	<ul style="list-style-type: none"> 1. Discutir a questão da Propriedade Industrial 2. Discutir a questão da Propriedade de Cultivares 3. Criar mecanismos para coibir a pirataria de insumos
6. GOVERNANÇA DA CADÉIA	Câmara Arbitral	<ul style="list-style-type: none"> 1. Debater a inserção do setor nesse mecanismo, adequando-o às especificidades 2. Arbitrar questões contratuais de royalties, compra e venda, classificação





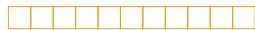
Tema	Item	Diretrizes
Endividamento do Setor	1. Acompanhar a tramitação de propostas das Entidades representativas do Setor Produtivo para renegociação das Dívidas Rurais	
Adequação do Crédito Rural Oficial	1. Avaliar permanentemente a efetividade dos instrumentos de Crédito Rural Oficial e propor as alterações necessárias 2. Fazer avaliações semestrais da Política de Crédito 3. Elaborar propostas de ajustes nos instrumentos de crédito vigentes	
Reformulação do Crédito Rural	1. Promover movimentos em busca da reformulação do Crédito Rural Oficial 2. Criar mecanismos de crédito rotativo 3. Criar um fundo garantidor 4. Revisar os critérios de classificação de risco e garantias do produtor 5. Revisar os critérios de definição dos limites de crédito	
Seguro Rural	1. Articular ações e rever critérios para viabilizar a implementação do Seguro para a produção da Soja 2. Regulamentar a subvenção ao Seguro-Frete (ação) 3. Acompanhar a elaboração do Orçamento Anual para garantir os recursos necessários à Subvenção do Seguro Rural 4. Trabalhar pela dotação orçamentária para a regulamentação do Fundo de Catástrofe 5. Estruturar um mecanismo de Seguro-Renda	
IZACAO	Preço Mínimo	<p>Diretrizes</p> <ol style="list-style-type: none"> Promover a readequação dos Preços Mínimos regionalizando os preços em função dos custos de produção Usar efetivamente os dados de custos de produção regionalizados para definir os preços mínimos
8. COMERCIAL		

7. CRÉDITO E SEGURO RURAL



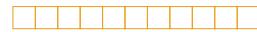
Tema	Item	Diretrizes
COMERCIALIZAÇÃO	8.	<p>1. Propor mecanismos de política que facilitem a utilização efetiva, por parte dos produtores, de operações em mercados futuros e derivativos</p> <p>2. Fortalecer os títulos agrícolas como instrumentos de garantia nas operações de crédito rural</p> <p>3. Estimular a criação de novos mecanismos de comercialização</p>
Novos mecanismos de comercialização		

Tema	Item	Diretrizes
LegisLAÇÃO Tributária		<p>1. Realizar diagnóstico da estrutura tributária que incide sobre a cadeia produtiva</p> <p>2. Buscar tratamento tributário homogêneo nos estados da federação</p> <p>3. Rediscutir os critérios de enquadramento legal de pequenos, médios e grandes produtores</p> <p>4. Adequar a Política Tributária às necessidades e características do Setor</p> <p>5. Suspender a incidência do ICMS no processamento de Soja para Exportação (ação do item 4)</p> <p>6. Buscar o respeito aos preceitos da Lei Kandir (ação do item 4)</p> <p>7. Flexibilizar o uso dos Créditos Tributários</p>
9. LEGISLAÇÃO		



Tema	Item	Diretrizes
9. LEGISLACAO	Legislação Trabalhista	1. Adaptação da Legislação Trabalhista à realidade rural
	Legislação Ambiental	1. Acompanhar a discussão do Código Ambiental 2. Definir a compensação por Serviços Ambientais
	Direito de Propriedade	1. Apoiar as propostas que tramitam no Congresso Nacional para regulamentar o direito de propriedade rural
Tema	Item	Diretrizes
10. INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	Plano de Armazenagem	1. Diagnosticar o estado atual da armazenagem de grãos no Brasil, avaliando a capacidade instalada e sua qualidade. 2. Elaborar programa de incentivo à expansão da capacidade de armazenagem, definindo estratégias para essa expansão 3. Aumentar a capacidade estatística em 50% em 15 anos (meta)
Tema	Item	Diretrizes
10. INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	Transporte Ferroviário	1. Diagnosticar o estado atual e estimar investimentos necessários no transporte ferroviário no Brasil. 2. Definir sistemas regionais de transporte ferroviário que possibilitem melhorar o escoamento da produção de soja. 3. Regulamentar o Direito de Passagem e o Operador Independente 4. Desenvolver grupo de acompanhamento do desempenho do transporte ferroviário em TU e TKU e de questões relativas às práticas de concorrência das operadoras. (Abiove) 5. Fortalecer os investimentos visando o desenvolvimento de corredores de transporte ferroviário.

10. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	
Tema	Item
Transporte Rodoviário	<p>1. Estudar a logística do sistema atual de transporte rodoviário para grãos: avaliação de rotas, custos de frete e qualidade das rodovias.</p> <p>2. Definir estratégias para desenvolver o transporte rodoviário nacional.</p> <p>3. Fortalecer os investimentos visando a recuperação das rodovias nacionais.</p> <p>4. Fortalecer os investimentos visando o desenvolvimento de rotas alternativas.</p>
Transporte Aquaviário	<p>1. Avaliar a situação atual do transporte aquaviário no Brasil, avaliando questões como volume transporte e custo de carga.</p> <p>2. Avaliar a viabilidade técnica e econômica das principais hidrovias em uso ou que podem ser usadas no Brasil</p> <p>3. Definir marco Legal para PPPs</p> <p>4. Vabilizar a navegação de Cabotagem</p>





Tema	Item	Diretrizes
10. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA INTERNACIONAIS	Ports	<ol style="list-style-type: none">1. Realização de estudos avaliando capacidade e eficiência portuária nacional.2. Traçar estratégias de desenvolvimento portuário nacional.3. Fortalecer os investimentos visando desenvolver os portos nacionais4. Eliminar o Adicional de Frete de Renovação da Marinha Mercante
11. NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	Protocolo de Cartagena	<ol style="list-style-type: none">1. Rediscutir a adesão do Brasil ao Protocolo2. Trabalhar na redação do texto mais favorável ao país no caso de impossibilidade de exclusão do país do protocolo
11. NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	Relações comerciais	<ol style="list-style-type: none">1. Realizar diagnóstico a respeito das relações internacionais brasileiras, principalmente aquelas relacionadas à cultura da soja. Identificar relações e suas dinâmicas.2. Realizar estudos sobre o mercado internacional da soja, identificando as principais barreiras e as potenciais relações a serem estabelecidas.3. Planejar e implementar de políticas visando o estabelecimento e ampliação das relações internacionais.4. Analisar o trabalho da ABIOVE e propor consensualmente políticas de combate à Escalada Tarifária nos mercados potenciais



Ministério da
Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

Secretaria
Executiva

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
P A I S R I C O É P A I S S E M P O B R E Z A